

SUPLEMENTO DA FLOR DE LIS

Estatutos do Corpo Nacional de Escutas

CAPÍTULO I

Da Natureza e Fins

Artigo 1º

Denominação e método

O Corpo Nacional de Escutas (CNE) - Escutismo Católico Português é uma associação de juventude, sem fins lucrativos, destinada à formação integral de jovens, com base no método criado por Baden- Powell e no voluntariado dos seus membros.

Artigo 2º

Opção Católica

1. O CNE afirma-se movimento da Igreja Católica.
2. O CNE está ciente das responsabilidades que lhe advêm deste facto, bem como daquelas que a Hierarquia e o restante Povo de Deus têm para com a associação.

Artigo 3º

Fins

O CNE pretende contribuir para a formação de cidadãos capazes de tomarem uma posição construtiva na sociedade, aptos a participarem na constante transformação do mundo à luz do Evangelho, segundo a doutrina católica.

Artigo 4º

Isenção política e partidária

O CNE não se identifica com qualquer ideologia partidária nem com o poder constituído.

Artigo 5º

Escutismo Mundial

1. O CNE integra-se na Organização Mundial do Movimento Escutista, com expressa aceitação da sua Constituição Mundial.
2. O CNE é membro da Conferência Internacional Católica do Escutismo.

CAPÍTULO II

Da Sede

Artigo 6º

Sede e Delegações

1. A sede do CNE é em Lisboa, na Rua D. Luís I, 34.
2. As Juntas Regionais consideram-se, para todos os efeitos jurídicos civis, delegações da Junta Central.

CAPÍTULO III

Do Órgão Oficial e Atos Oficiais

Artigo 7º

Flor de Lis e Atos Oficiais

1. O órgão oficial do CNE é a Flor de Lis.
2. Os Atos Oficiais são publicados no portal oficial do CNE.

CAPÍTULO IV

Dos Associados

Artigo 8º

Condição de associado

1. São associados do CNE, genericamente designados "Escutas" ou "Escuteiros", todos os indivíduos que tenham feito a promessa escutista, em termos a definir em regulamento.
2. Os aspirantes são admitidos com os direitos e deveres a definir em regulamento.
3. A associação aceita a colaboração de outras pessoas ou entidades, em termos a definir em regulamento.

Artigo 9º

Requisitos para a promessa

1. Para a admissão à promessa escutista é condição necessária estar-se na disposição de cumprir fielmente, segundo o grau de maturidade próprio da idade respetiva, os Estatutos e Regulamentos do CNE.
2. Para a promessa de dirigentes é ainda necessário ter bom comportamento moral e cívico e que o adulto se adegue ao perfil de dirigente estabelecido pelo CNE.
3. Os dirigentes do CNE professam e praticam a fé católica.

Artigo 10º

Associados Menores

É indispensável a autorização, por escrito, dos pais ou representantes legais, para a admissão de associados menores.

Artigo 11º

Secções e Categorias

Para a consecução dos fins educativos do CNE, os associados repartem-se, quanto à idade, desenvolvimento e função, em categorias e 4 secções: I secção, II secção, III secção e IV secção, definidas em regulamento.

Artigo 12º

Cessação da qualidade de Associado

A qualidade de associado cessa quando:

- a) se apresentar, por escrito, o pedido de demissão;
- b) se retirar da prática regular das atividades escutistas sem justificação;
- c) se atingir o limite de idade fixado em regulamento, sem que exerça a função de dirigente;
- d) se for atingido por sanção disciplinar que implique tal consequência.

CAPÍTULO V

Dos Corpos Gerentes

Secção I

Da Organização Territorial

Artigo 13º

Níveis

1. O CNE está organizado em quatro níveis:
 - a) nível nacional;
 - b) nível regional;
 - c) nível de núcleo;
 - d) nível local (Agrupamento).
2. O nível de Núcleo é opcional, consoante decisão do Conselho Regional respetivo.
3. Em casos excecionais, a definir em regulamento, a Junta Central poderá autorizar a abertura de Agrupamentos noutros países.

Artigo 14º

Finanças, Administração e Património

1. Cada nível do CNE é financeiramente autónomo e responsável pela sua administração e gestão do património do CNE à sua guarda em moldes a definir em regulamento e no respeito pela legislação vigente.
2. Tendo o CNE apenas um número de identificação fiscal, é feita a agregação anual das contas de todos os seus níveis.
3. Para otimizar a gestão, é feita a articulação dos planos de atividades de todos os níveis.

Secção II

Dos Conselhos Nacionais

Artigo 15º

Órgão Máximo do CNE

O órgão máximo do CNE é o Conselho Nacional Plenário e, entre Conselhos, o Conselho Nacional de Representantes.

Artigo 16º

Mesa dos Conselhos Nacionais

1. Compete à Mesa dos Conselhos Nacionais convocar e orientar os trabalhos dos Conselhos Nacionais.
2. A Mesa dos Conselhos Nacionais é composta por um Presidente, o Assistente Nacional, dois Vice-Presidentes e três Secretários.
3. Em caso de impedimento, o Presidente designa um dos Vice-Presidentes para o substituir; na falta de designação, o Conselho elege um Presidente para a sessão.
4. Os membros eleitos da Mesa dos Conselhos Nacionais não podem exercer outro cargo de nível nacional no CNE.

Subsecção I

Do Conselho Nacional Plenário

Artigo 17º

Composição

O Conselho Nacional Plenário (CNP) é composto por todos os dirigentes oficialmente nomeados e em efetividade de funções.

Artigo 18.º
Competências

Ao Conselho Nacional Plenário compete:

- a) votar o texto ou qualquer alteração dos Estatutos;
- b) eleger a Mesa dos Conselhos Nacionais;
- c) eleger a Comissão Eleitoral Nacional;
- d) demitir a Mesa dos Conselhos Nacionais, a Junta Central ou o Conselho Fiscal e Jurisdicional Nacional, em caso de manifesta inobservância dos Estatutos e Regulamentos do CNE, por maioria de três quartos dos votos dos membros presentes;
- e) deliberar sobre todas as matérias da competência do Conselho Nacional de Representantes;
- f) deliberar sobre o destino dos bens, em caso de extinção do CNE.

Artigo 19.º
Periodicidade

OCNP reúne obrigatoriamente de três em três anos e, extraordinariamente, sempre que a Mesa o decida ou for requerido pela Junta Central, pelo Conselho Fiscal e Jurisdicional Nacional, pelo Conselho Nacional de Representantes, por um quinto mais uma das Juntas Regionais, ou por um quinto mais um dos membros do Conselho.

Subsecção II
Do Conselho Nacional de Representantes

Artigo 20.º
Composição

O Conselho Nacional de Representantes (CNR) tem a seguinte composição:

- a) os membros da Mesa dos Conselhos Nacionais;
- b) os membros da Junta Central;
- c) os membros do Conselho Fiscal e Jurisdicional Nacional;
- d) o Presidente da Comissão Eleitoral Nacional;
- e) representantes das Regiões, de harmonia com o artigo 37.º, havendo a possibilidade de delegação para os membros das Juntas Regionais;
- f) um representante por cada Junta de Núcleo;
- g) três dirigentes dos Serviços Centrais.

Artigo 21.º
Competências

Ao CNR compete:

- a) aprovar e alterar os Regulamentos;
- b) debater e aprovar o plano de ação e orçamento anuais dos órgãos e serviços do nível nacional;
- c) debater e aprovar o relatório e contas;
- d) decidir sobre a aquisição e alienação a qualquer título de bens imóveis sujeitos a registo, podendo delegar essa competência noutros órgãos do CNE;
- e) deliberar sobre matérias não compreendidas nas competências dos outros órgãos da associação;
- f) delegar competências suas no Conselho Consultivo Nacional.

Artigo 22.º
Periodicidade

O CNR reúne ordinariamente uma vez por ano, exceto naqueles em que se realiza o CNP, e extraordinariamente, todas as vezes que a Mesa decida ou for requerido pela Junta Central, pelo Conselho Fiscal e Jurisdicional Nacional ou por um quinto mais uma das Juntas Regionais.

Secção III
Do Conselho Consultivo Nacional
Artigo 23.º

Composição e Competências

1. O Conselho Consultivo Nacional tem a seguinte composição:

- a) membros da Junta Central;
- b) Presidente do Conselho Fiscal e Jurisdicional Nacional;
- c) Presidente da Mesa dos Conselhos Nacionais;
- d) Chefes Regionais ou seus representantes;
- e) Coordenador Regional, caso não exista Chefe Regional eleito;
- f) anteriores Chefes Nacionais que continuem dirigentes do CNE;
- g) eventuais convidados pelo Chefe Nacional;

2. Compete ao Conselho Consultivo Nacional:

- a) dar contributos para estratégias a adotar;
- b) aconselhar a Junta Central sobre projetos e iniciativas a incluir nas

propostas de planos de atividades e orçamentos a submeter aos Conselhos Nacionais;

c) dar contributos sobre outras matérias que a Junta Central entenda consultar o Conselho Consultivo Nacional.

3. O Conselho Consultivo Nacional é convocado pelo Chefe Nacional.

Secção IV
Da Junta Central

Artigo 24.º
Composição

O órgão executivo nacional do CNE é a Junta Central constituída pelos seguintes dirigentes, sendo a distribuição de pelouros feita internamente:

1. Membros eleitos
 - a) Chefe Nacional;
 - b) Chefe Nacional Adjunto;
 - c) Secretário Internacional;
 - d) três ou cinco Secretários Nacionais.
2. Membro nomeado: Assistente Nacional.

Artigo 25.º
Competências

No exercício das suas funções executivas, compete à Junta Central, nomeadamente:

- a) assegurar a representação da associação;
- b) coordenar e dinamizar a prossecução dos objetivos da associação;
- c) desenvolver o espírito da fraternidade mundial do Escutismo;
- d) promover as ações necessárias à correta aplicação do método escutista;
- e) assegurar o funcionamento dos Serviços Centrais e implementar a eficiência organizativa;
- f) administrar o património do nível nacional do C.N.E. e dinamizar a independência económica da associação;
- g) exercer o poder disciplinar;
- h) representar a associação em Juízo e fora dele.

Artigo 26.º
Departamentos e Serviços

A Junta Central cria e extingue os departamentos e serviços que entenda necessários para a auxiliarem no exercício das suas funções, assim como nomeia e exonera os respetivos titulares.

Secção V
Do Conselho Fiscal e Jurisdicional Nacional
Artigo 27.º

Composição e Competências

O Conselho Fiscal e Jurisdicional Nacional é composto por cinco dirigentes, competindo-lhes, nomeadamente:

- a) velar pelo cumprimento dos Estatutos e Regulamentos do CNE;
- b) acompanhar e fiscalizar a administração e gestão financeira da Junta Central;
- c) dar parecer sobre o relatório e contas ao Conselho Nacional;
- d) elaborar pareceres sobre questões de âmbito estatutário e regulamentar;
- e) exercer o poder disciplinar;
- f) exercer o poder jurisdicional como último órgão de recurso;
- g) emitir recomendações aos órgãos do CNE;
- h) convocar os Conselhos Nacionais quando a Mesa o não faça nos termos estatutários e regulamentares;
- i) cumprir as demais atribuições constantes da lei.

CAPÍTULO VI
Das Regiões
Artigo 28.º
Áreas

Para melhor se atingirem os fins do CNE, considera-se o território português dividido em Regiões, com limites, em princípio, correspondentes às dioceses.

Artigo 29.º
Autonomia das Regiões dos Açores e da Madeira

As Regiões Escutistas dos Açores e da Madeira, devido aos Estatutos Político-Administrativos das Regiões Autônomas, gozam de autonomia, no respeito integral dos Estatutos e Regulamentos do CNE.

Artigo 30.º

Órgão Máximo Regional

O órgão máximo da Região é o Conselho Regional, o qual pode assumir a forma de Conselho Regional de Representantes, nos termos a definir em Regulamento.

Artigo 31.º

Composição do Conselho Regional

O Conselho Regional é composto por:

- membros da Mesa do Conselho Regional;
- membros da Junta Regional;
- membros do Conselho Fiscal e Jurisdicional Regional;
- membros da Comissão Eleitoral Regional;
- dirigentes oficialmente nomeados e em efetividade de funções;
- associados efetivos com promessa da IV Secção até aos 25 anos;

Artigo 32.º

Composição do Conselho Regional de Representantes

O Conselho Regional de Representantes é composto por:

- membros da Mesa do Conselho Regional;
- membros da Junta Regional;
- membros do Conselho Fiscal e Jurisdicional Regional;
- membros da Comissão Eleitoral Regional;
- 3 dirigentes delegados de cada Núcleo, pertencentes à Junta de Núcleo;
- 2 representantes de cada Agrupamento eleitos pelo Conselho de Agrupamento, em lista de elementos efetivos e 2 suplentes, aprovados pela aplicação do método de Hondt.

Artigo 33.º

Competências do Conselho Regional

- Compete ao Conselho Regional:
 - eleger a Mesa do Conselho Regional;
 - eleger os delegados da Região ao Conselho Nacional de Representantes;
 - debater e aprovar o plano de ação e orçamento anuais dos órgãos e serviços do nível regional;
 - eleger a Comissão Eleitoral Regional;
 - debater e aprovar o relatório e contas;
 - elaborar regulamentos internos da Região;
 - votar propostas para serem apresentadas para aprovação superior;
 - demitir a Mesa do Conselho Regional, a Junta Regional ou o Conselho Fiscal e Jurisdicional Regional, em caso de manifesta inobservância dos Estatutos e Regulamentos do CNE, por maioria de três quartos dos votos dos membros presentes.
- A competência prevista na última alínea do ponto anterior não pode ser exercida pelo Conselho Regional de Representantes.

Artigo 34.º

Órgão Executivo Regional

O órgão executivo regional é a Junta Regional, composta por dirigentes:

- Membros eleitos:
 - Chefe Regional;
 - Chefe Regional Adjunto;
 - dois, quatro ou seis Secretários Regionais.
- Membro nomeado: Assistente Regional.

Artigo 35.º

Coordenador Regional

- Quando não haja Junta Regional, pode o Conselho Regional eleger, a título transitório, um dirigente para Coordenador Regional que, com o Assistente Regional, serão membros do Conselho Nacional de Representantes.
- O Coordenador Regional e o Assistente Regional exercem as competências da Junta Regional.
- O Coordenador Regional também tem como missão dinamizar eleições e o seu mandato é de um ano, no máximo, não sendo passível de renovação.

Artigo 36.º

Conselho Fiscal e Jurisdicional Regional

O Conselho Fiscal e Jurisdicional Regional é composto por três dirigentes e exerce as competências definidas no Regulamento Geral do CNE.

Artigo 37.º

Delegados do CNR

Cada Região tem tantos assentos no Conselho Nacional de Representantes com voto deliberativo, quanto os dirigentes regionais titulares mais um delegado por cada dez Agrupamentos, com arredondamento por excesso, segundo o último censo.

Artigo 38.º

Dos Núcleos

- O Núcleo tem por objetivo a coordenação do Escutismo da sua área territorial.
- A área territorial do Núcleo é parte de uma única Região.
- O órgão máximo do Núcleo é o Conselho de Núcleo, com composição e competências análogas às do Conselho Regional.
- A Junta de Núcleo é o órgão executivo do Núcleo, com composição e competências análogas às da Junta Regional.

CAPÍTULO VII

Dos Agrupamentos

Artigo 39.º

Estrutura Local

- A estrutura base do CNE é o Agrupamento, o qual engloba as secções e categorias de acordo com o artigo 11.º.
- Os Agrupamentos correspondem, em princípio, às paróquias, sem prejuízo da possibilidade de existir mais do que um Agrupamento numa paróquia, ou de existir um Agrupamento que corresponda a várias paróquias ou comunidades interparoquiais.
- Podem também existir Agrupamentos vinculados a outras instituições religiosas católicas.

Artigo 40.º

Órgãos

- O órgão máximo do Agrupamento é o Conselho de Agrupamento, no qual têm assento com voto deliberativo todos os que o têm no Conselho Regional, competindo-lhe, nomeadamente:
 - eleger o Chefe de Agrupamento;
 - debater e votar as ações comuns a todo o Agrupamento;
 - debater e votar o relatório e contas;
 - elaborar regulamentos internos;
 - debater e votar o plano de ação e respetivo orçamento;
 - eleger os representantes do Agrupamento ao Conselho Regional de Representantes, nos termos do artigo 32, alínea e)
- O órgão executivo do Agrupamento é a Direção do Agrupamento composta por:
 - Chefe de Agrupamento;
 - Chefe de Agrupamento Adjunto;
 - Assistente de Agrupamento;
 - Secretário de Agrupamento;
 - Tesoureiro de Agrupamento;
 - Chefes de Unidade;
- Os cargos da Direção do Agrupamento podem ser acumulados pelo mesmo dirigente, exceto os cargos referidos nas alíneas a), b) e e) do número anterior.

Artigo 41.º

Conselho de Pais

- Dado que a tarefa educativa compete fundamentalmente à família, cada Agrupamento tem um Conselho de Pais, constituído por todos os encarregados de educação dos associados menores, funcionando como órgão consultivo.
- O Conselho de Pais é presidido pelo Chefe de Agrupamento ou por outro dirigente por ele designado.
- O Conselho de Pais pode eleger uma Comissão Permanente de Pais para colaborar com a Direção de Agrupamento, quando esta o solicitar.

CAPÍTULO VIII

Da Assistência Religiosa

Artigo 42.º

Assistentes

- De acordo com a natureza da associação, há a todos os níveis assistentes eclesiais, com a categoria de dirigentes, aos quais compete:
 - representar a autoridade eclesial na associação, nos respetivos níveis;

- b) animar a comunidade Escuta no sentido de ela ser espaço eclesial de evangelização e vivência da Fé.
2. O Assistente Nacional é nomeado pela Conferência Episcopal, ouvido o órgão executivo do movimento.
3. O Assistente Regional é nomeado pelo Bispo da respetiva diocese, ouvido o órgão executivo do respetivo nível.
4. O Assistente de Núcleo é nomeado pelo Bispo da diocese em que está integrado, ouvido o órgão executivo do respetivo nível.
5. O Assistente de Agrupamento é, em princípio, o pároco, exceto nos casos em que o Bispo diocesano nomeie assistente, outro sacerdote ou diácono.
6. Na formação religiosa o assistente poderá ser auxiliado por um religioso ou leigo.

CAPÍTULO IX

Das Eleições

Artigo 43.º

Processo Eleitoral

1. Têm capacidade eleitoral ativa - direito de votar:
 - a) os dirigentes em efetividade de funções;
 - b) os associados efetivos com promessa da IV Secção até aos 25 anos;
2. Têm capacidade eleitoral passiva - direito de ser candidato e de ser eleito:
 - a) para o exercício de cargos em órgãos eletivos em todos os níveis do CNE: os dirigentes em efetividade de funções.
 - b) para ser membro do Conselho Regional de Representantes e do Conselho Nacional de Representantes:
 - i) os dirigentes em efetividade de funções;
 - ii) os associados efetivos com promessa da IV Secção até aos 25 anos.
3. Os membros dos órgãos a seguir indicados são eleitos por sufrágio universal, direto e secreto, sendo o caderno eleitoral composto pelos associados efetivos com capacidade eleitoral ativa do nível respetivo:
 - a) Nível Nacional: Junta Central e o Conselho Fiscal e Jurisdicional Nacional;
 - b) Nível Regional: Junta Regional e o Conselho Fiscal e Jurisdicional Regional;
 - c) Nível de Núcleo: Junta de Núcleo.
4. As eleições são realizadas em Mesas de Voto em todas as Regiões e em todos os Núcleos, podendo existir Mesas de Voto também nos Agrupamentos.
5. É permitido o voto por correspondência, tal como o voto através de plataforma digital, quando tecnicamente for possível, nos termos a definir em regulamento.
6. No caso de nenhuma lista obter a maioria absoluta dos votos validamente expressos, na primeira volta, no sufrágio universal, direto e secreto, proceder-se-á a uma segunda volta entre as duas candidaturas mais votadas.
7. O processo eleitoral é orientado pela Comissão Eleitoral Nacional, composta por três dirigentes, eleita no Conselho Nacional Plenário.
8. Nas Regiões e Núcleos o processo eleitoral é orientado pela Comissão Eleitoral Regional ou de Núcleo, composta por três dirigentes, eleitos no Conselho Regional ou de Núcleo.
9. No Agrupamento, o processo eleitoral é orientado pelo dirigente eleito para o efeito, em Conselho de Agrupamento.

Artigo 44.º

Duração e renovação dos Mandatos

1. Os mandatos de todos os órgãos e cargos eletivos do CNE têm uma duração de três anos;
2. É permitido o exercício de mandatos consecutivos, com os seguintes limites:
 - a) Membros dos órgãos nacionais: 3 mandatos consecutivos;
 - b) Membros dos órgãos regionais: 3 mandatos consecutivos;
 - c) Membros dos órgãos de núcleo: 3 mandatos consecutivos, prevendo-se possível exceção de núcleos que tenham até 7 Agrupamentos, podendo o Conselho de Núcleo deliberar, por maioria de três quartos dos presentes, a eleição apenas do Chefe de Núcleo, o qual posteriormente designa os restantes membros da Junta de Núcleo, que habitualmente são eleitos, sendo a limitação de três mandatos consecutivos apenas para o Chefe de Núcleo;
 - d) Chefe de Agrupamento: 3 mandatos consecutivos;
3. Sem prejuízo do número anterior, não são considerados os mandatos exercidos em órgãos idênticos de regiões, núcleos ou agrupamentos diferentes.
4. Os mandatos com duração inferior a 1 ano não são contados para efeito do ponto 2.

5. A cooptação não é considerada para efeito da contagem do limite de mandatos previsto no número 2.

Artigo 45.º

Compatibilidade e Cooptação

1. Os membros da Junta Central, do Conselho Fiscal e Jurisdicional Nacional, exceto o Assistente Nacional, os Chefes Regionais e os Presidentes dos Conselhos Fiscais e Jurisdicionais Regionais não podem exercer qualquer outro cargo na Associação.
2. Qualquer vaga na Mesa dos Conselhos Nacionais, na Junta Central ou no Conselho Fiscal e Jurisdicional Nacional, exceto quanto ao respetivo Presidente ou Chefe Nacional, não implica a exoneração do órgão, devendo os seus membros por cooptação designar o substituto.
3. A cooptação prevista no parágrafo anterior não terá lugar quando o número de cooptados exceder metade dos membros da lista eleita, facto que determinará nova eleição do respetivo órgão.

Artigo 46.º

Homologação

1. Todos os dirigentes candidatos a eleições para a Junta Central, Conselho Fiscal e Jurisdicional Nacional, Junta Regional, Conselho Fiscal e Jurisdicional Regional e Junta de Núcleo, sujeitos a eleição por sufrágio universal, deverão ter o seu nome previamente homologado pela competente autoridade eclesial.
2. O silêncio pelo prazo de 30 dias após a receção da comunicação equivalerá à homologação.
3. Só depois da homologação dos nomes da lista candidata pela autoridade eclesial competente é que esta pode ser divulgada pela Comissão Eleitoral respetiva.

CAPÍTULO X

Do Património

Artigo 47.º

Composição

O património do CNE é composto por:

- a) os bens imóveis e móveis adquiridos, por qualquer título, pelo CNE;
- b) os bens administrados por órgãos de qualquer nível da associação;
- c) as contribuições dos associados;
- d) o órgão oficial FLOR DE LIS;
- e) a Editorial FLOR DE LIS;
- f) o Depósito de Material e Fardamento;
- g) os subsídios e doações;
- h) os rendimentos que puder obter por meios consentâneos com o ideal da associação.

Artigo 48.º

Extinção

1. No caso de extinção do CNE, sem que seja possível reunir o Conselho Nacional Plenário para deliberar sobre o destino dos seus bens, estes reverterão em favor da educação cristã de jovens, nos termos que forem determinados pela Conferência Episcopal.
2. Em caso de extinção de Agrupamento, Núcleo ou Região, o destino dos bens é decidido pelo órgão deliberativo do nível imediatamente superior.

CAPÍTULO XI

Disposições Finais

Artigo 49.º

Normas Supletivas

Na falta de norma expressa quanto à estrutura, competência e eleição dos órgãos ou cargos eletivos, aplica-se sucessiva e analogicamente o disposto para o nível imediatamente superior.

Artigo 50.º

Revogação

Estes Estatutos revogam expressamente os anteriores.

Artigo 51.º

Alteração Estatutária

Estes Estatutos só poderão ser alterados por deliberação do Conselho Nacional Plenário, tomada por maioria de três quartos dos membros presentes, tendo de ser distribuídas as propostas de alteração com antecedência mínima de sessenta dias.

Artigo 52.º
Norma transitória

1. A contagem de mandatos consecutivos para o cumprimento do artigo 44.º, nº 2, faz-se desde o início de todos os mandatos passados e não determina a interrupção dos mandatos atuais em curso, os quais se devem manter até às datas dos respetivos termos.

2. Aos membros dos órgãos em funções é permitida a renovação, por um mandato adicional, independentemente do número de mandatos já exercidos à data de entrada em vigor destes Estatutos.

Artigo 53.º
Entrada em vigor

Os Estatutos e suas alterações votadas favoravelmente por mais de três quartos dos membros presentes no Conselho Nacional Plenário, entram em vigor imediatamente após a sua homologação pela Conferência Episcopal e o cumprimento dos trâmites legais.

ORDEM DE SERVIÇO NACIONAL Nº 715

DE 30 DE JUNHO DE 2020

Nos termos do artigo 64.º nº2 alínea c) e do artigo 73.º do Regulamento Geral do CNE, e para os efeitos convenientes se publica o seguinte:

1. DETERMINAÇÕES

- NADA -

2. CRIAÇÃO DE ESTRUTURAS E ÓRGÃOS NACIONAIS, REGIONAIS E LOCAIS

2.1. JUNTA CENTRAL

- NADA -

2.2. JUNTAS REGIONAIS

- NADA -

2.3. JUNTAS DE NÚCLEO

- NADA -

2.4. AGRUPAMENTOS

- NADA -

2.5. – AGRUPAMENTOS EM FORMAÇÃO

- NADA -

3. EXTINÇÃO / SUSPENSÃO DE ESTRUTURAS E ÓRGÃOS NACIONAIS, REGIONAIS E LOCAIS

3.1. JUNTA CENTRAL

- NADA -

3.2. JUNTAS REGIONAIS

- NADA -

3.3. JUNTAS DE NÚCLEO

- NADA -

3.4. AGRUPAMENTOS

Por se encontrarem suspensos há mais de um ano, **são extintos** os seguintes Agrupamentos do CNE:

REGIÃO DOS AÇORES
942 – Ribeirinha
1383 – Fenais da Ajuda

REGIÃO DE BEJA
918 – Alvíto

REGIÃO DE BRAGA

15 – Bente
458 – São Francisco de Real
564 – Espinho
665 – Oleiros
947 – Choreense
1027 – S. Paio de Pousada
1310 – Arosa
1323 – Carvalhal

REGIÃO DE BRAGANÇA-MIRANDA
978 – Grijó

REGIÃO DE ÉVORA
820 – Viana do Alentejo
1307 – Terrugem

REGIÃO DA GUARDA
675 – Ferro

REGIÃO DE LAMEGO
781 – Avões
783 – São João da Pesqueira

REGIÃO DA MADEIRA
999 – Porto Santo

REGIÃO DO PORTO
1099 – Santiago de Riba-Ul

REGIÃO DE SETÚBAL
1320 – Vale Figueira

REGIÃO DE BRAGA

Por indicação da Junta Regional de Braga, **é suspenso o Agrupamento 818 – Travassós**, Patrono Nossa Senhora das Graças.

Por indicação da Junta Regional de Braga, **é suspenso o Agrupamento 863 – Cantelães**, Patrono Santo Estêvão.

3.5. AGRUPAMENTOS EM FORMAÇÃO

- NADA -

4. ADMISSÃO, TRANSFERÊNCIA, SAÍDA E REGRESSO AO ATIVO DE DIRIGENTES

4.1. ADMISSÃO DE DIRIGENTES

REGIÃO DE BRAGA

Fernanda Maria Paiva Machado – 1505071374015, com efeitos retroativos a julho de 2019

João Abel da Silva Oliveira – 9705050366006
José Manuel Gonçalves Agra – 1705010785006
Maria Salomé Alves Dias – 0005050409007
Sandra Isabel Duarte Gonçalves – 1705010785007
Vera do Carmo Machado Mendes – 0005050409005

REGIÃO DE BRAGANÇA-MIRANDA

Duarte Manuel Caldas Gonçalves, Padre – 2006000478003

4.2 REGRESSO AO ATIVO DE DIRIGENTES

- NADA -

4.3. TRANSFERÊNCIA DE DIRIGENTES

• António Filgueira de Oliveira Junior – 0912010071056, é transferido da Junta de Núcleo da Barra, para o Agrupamento 75 – Estoril, da Região de Lisboa.

• Catarina Isabel Cabral Botelho Cerejeira Torres de Oliveira – 1212010075039, é transferida do Agrupamento 75 – Estoril, para a Junta Regional de Lisboa.

4.4 SAÍDA DO ATIVO DE DIRIGENTES

REGIÃO DE BRAGA

José Rodrigues Gomes – 1305071374048
Maria Isabel Araújo Abreu Gonçalves – 0805011250100
Sara Daniela Fernandes Gouveia – 0205011250046

REGIÃO DE BRAGANÇA-MIRANDA

Paula Alexandra de Sá Morais Martins Lino – 9606000602004

REGIÃO DE PORTALEGRE E CASTELO BRANCO

Amadeu Bento Lopes – 8314000193003

REGIÃO DO PORTO

Marcelino Teixeira de Freitas, Padre – 1315041267007

Vitorino José Pereira Soares, Padre – 9415040519005

REGIÃO DE VIANA DO CASTELO

Serafim Almeida Magalhães da Cruz – 7018000367001

5. MOVIMENTO DE DIRIGENTES PARA OS CARGOS

5.1. MOVIMENTO DE DIRIGENTES A NÍVEL NACIONAL

Nos termos do artigo 11.º n.º 5 e 6 e do artigo 38º, ponto 5., do Regulamento Geral do CNE, são nomeados para os respetivos cargos, os Escuteiros, Dirigentes e Personalidades:

CHEFE NACIONAL

Equipa Nacional para as Relações Externas

Coordenador: Erico Romeu Lourinho Virgy – 312020495009

ASSISTENTE NACIONAL

Equipa Nacional de Assistência
Assessora: Alda Maria dos Anjos Lagoa Walker – 0317001238001

Equipa Nacional de Serviço ao Santuário de Fátima

Membros:
Guilherme Alberto Carvalho Fonte – 0315050854045
José Eduardo Lopes Beirão – 9512040705004
Marisa Rodrigues Santos Nunes – 0116000403020

SECRETARIA INTERNACIONAL

Equipa Nacional para o Trilho Europeu
Membro:
Mafalda Filipa Vicente Clara – 1109000116012

SECRETARIA NACIONAL PEDAGÓGICA

Equipa Nacional da Pedagogia da Fé
Membros:
Beatriz Ferreira Fernandes – 117000076004
Isabel Maria Dias Marques Ferreira – 1009001304008

João Ricardo Prata Silva – 0114000160016
Nuno Miguel Sobral Camelo
– 9708001121023
Reverendo Padre Bruno Dinis Moreira
Silva – 9515041030004

Equipa Nacional Especialidades em Movimento

Coordenador: Marco Aurélio Graça
Faustino – 8812050000001

Membros:

Carlos Paulo Azevedo Cuiça
– 8012040048010
Fábio Miguel Gomes Caldas
– 9915031163008
Luis Nuno Sancho Ribeiro
– 8815020449001
Miguel Rodrigues Sousa
– 8501040433002
Nuno Filipe Barreto de Abreu
– 9118000452001

Equipa Nacional Vida em Campo

Coordenador: Carlos Miguel da Cruz
Lontro – 9907000731014

Membros:

Ana Patrícia Martins Rego
– 1005080418021
Anabela Simões Esteves
– 9420001156004
Jorge Luis Diogo Teixeira Magalhães
– 8312040263001
Lina Marta Pinto de Jesus
– 08090011222003
Miguel Rodrigues Sousa
– 8501040433002
Vasco Manuel Domingues Carvalho
Guerra – 9817000927015

SECRETARIA NACIONAL PARA O AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

Centro de Documentação Escutista

Membros:

Daniel Pereira Brás – 0805030373004
Pedro Manuel dos Santos Luís
– 9612050753007
Sérgio Miguel Caxide Lopes Ribeiro
– 0415050902029
Vitor Manuel Peres Gonçalves
– 8504000722002

Departamento Nacional Centros Escutistas

Membros:

António Manuel Ferreira Rendeiro
– 7512010113001
Fernando de Sá Ribeiro
– 69180000214001
Joaquim Célio Noronha Santiago
– 7904000581001

Departamento Nacional Proteção Civil Assessores:

Alexandra Machado Carrilho
– 0040200029002
Carlos José Simões Alves
– 1012030342005
Jorge Francisco Santos Carreira
– 76120602620001
Katarina Maús – 0612010729011
Luís Antonio Barbosa Gonçalves
– 9718000538004
Rodrigo Miguel Antunes Caiano Crespo
– 8911000737006

5.2. MOVIMENTO DE DIRIGENTES A NÍVEL REGIONAL

- NADA -

5.3. MOVIMENTO DE DIRIGENTES A NÍVEL DE NÚCLEO

- NADA -

5.4. – MOVIMENTO DE DIRIGENTES A NÍVEL LOCAL

REGIÃO DO ALGARVE

• Agrupamento 159 – Portimão

Nos termos do artigo 11.º n.º 4, alínea a), do Regulamento Geral do CNE, cessou funções de Chefe de Agrupamento o Dirigente João Paulo Neves Lagartinho – 7202000159001. Foi eleito, e tomou posse, a 20 de junho de 2020, para o cargo de Chefe de Agrupamento o Dirigente Paulo Jorge dos Santos Mendes – 0702000159021.

Cessou funções de Chefe de Agrupamento Adjunto o Dirigente Paulo Jorge dos Santos Mendes – 0702000159021. Foi nomeada Chefe de Agrupamento Adjunta a Dirigente Carla Patrícia Dias Ventura – 1302000159023.

REGIÃO DE BRAGA

• Agrupamento 25 – São Pedro Merelim

Nos termos do artigo 11.º n.º 4, alínea a), do Regulamento Geral do CNE, cessou funções de Chefe de Agrupamento o Dirigente António Alvelos dos Santos – 7005020025001. Foi eleito, e tomou posse, a 28 de outubro de 2018, para o cargo de Chefe de Agrupamento o Dirigente António Coutinho Rocha Duarte – 7005020025002.

Foi nomeado Chefe de Agrupamento Adjunto o Dirigente Fernando Miguel Fernandes Correia – 8605020025001.

• Agrupamento 208 – Ferreiros

Nos termos do artigo 11.º n.º 4, alínea a), do Regulamento Geral do CNE, cessou funções de Chefe de Agrupamento o Dirigente Carlos Alberto Lopes Pereira – 6200000000002. Foi eleito, e tomou posse, a 7 de setembro de 2019, para o cargo de Chefe de Agrupamento o Dirigente Carlos Alberto Lopes Pereira – 6200000000002.

• Agrupamento 421 – Seminário São Tiago

Nos termos do artigo 11.º n.º 4, alínea a), do Regulamento Geral do CNE, foi eleito, e tomou posse, em outubro de 2008, para o cargo de Chefe de Agrupamento o Dirigente Vítor José Novais – 8005070218001.

Cessou funções de Chefe de Agrupamento, em outubro de 2011, o Dirigente Vítor José Novais – 8005070218001. Nos termos do artigo 11.º n.º 4, alínea a), do Regulamento Geral do CNE, foi eleito, e tomou posse em outubro de 2011, para o cargo de Chefe de Agrupamento o Dirigente Vítor José Novais – 8005070218001. Cessou funções de Chefe de Agrupamento, em outubro de 2014, o Dirigente Vítor José Novais – 8005070218001. Nos termos do artigo 11.º n.º 4, alínea a), do Regulamento Geral do CNE, foi eleito, e tomou posse, em outubro de 2017, para o cargo de Chefe de Agrupamento o Dirigente Vítor José Novais – 8005070218001. Cessou funções de Chefe de Agrupamento, a 15 de outubro de 2019, o Dirigente Vítor José Novais – 8005070218001. Nos termos do artigo 11.º n.º 4, alínea a), do Regulamento Geral do CNE, foi eleito, e tomou posse, a 15 de outubro de 2019, para o cargo de Chefe de Agrupamento o Dirigente Vítor José Novais – 8005070218001.

• Agrupamento 426 – Lamações

Nos termos do artigo 11.º n.º 4, alínea a), do Regulamento Geral do CNE, cessou funções de Chefe de Agrupamento o Dirigente António Gomes de Matos – 7305020426001. Foi eleito, e tomou posse, a 21 de setembro de 2019, para o cargo de Chefe de Agrupamento o Dirigente Joaquim da Silva Matos da Conceição – 7305020426003.

Cessou funções de Chefe de Agrupamento Adjunto o Dirigente Sérgio Miguel Rodrigues de Matos – 8505020426002.

• Agrupamento 1250 – Adães

Nos termos do artigo 11.º n.º 4, alínea a), do Regulamento Geral do CNE, cessou funções de Chefe de Agrupamento o Dirigente Maria Isabel Araújo Abreu Gonçalves – 0805011250100. Foi eleito, e tomou posse, a 28 de junho de 2020, para o cargo de Chefe de Agrupamento o Dirigente César Lopes de Sousa – 0105011250011.

Foi nomeada Chefe de Agrupamento Adjunta a Dirigente Patrícia Daniela Gomes da Silva – 0205011250039.

• Agrupamento 1350 – Alvelos

Nos termos do artigo 11.º n.º 4, alínea a), do Regulamento Geral do CNE, cessou funções de Chefe de Agrupamento o Dirigente José Tiago Miranda Araújo – 9805011204011. Foi eleito, e tomou posse, a 10 de maio de 2020, para o cargo de Chefe de Agrupamento a Dirigente Filipa Andreia Dantas Silva – 1005011350020.

Cessou funções de Chefe de Agrupamento Adjunta a Dirigente Filipa Andreia Dantas Silva – 1005011350020. Foi nomeada Chefe de Agrupamento Adjunta a Dirigente Joana Soraia Rosas Pereira – 1105011350050.

• Agrupamento 1379 – Abade de Neiva

Nos termos do artigo 11.º n.º 4, alínea a), do Regulamento Geral do CNE, cessou funções de Chefe de Agrupamento o Dirigente Domingos Dias Fernandes – 0905011376001. Foi eleito, e tomou posse, a 9 de janeiro de 2020, para o cargo de Chefe de Agrupamento a Dirigente Maria Isabel Silva Pereira – 0905011376003.

Cessou funções de Chefe de Agrupamento Adjunta a Dirigente Maria Isabel Silva Pereira – 0905011376003. Foi nomeado Chefe de Agrupamento Adjunto o Dirigente Domingos Dias Fernandes – 0905011376001.

REGIÃO DE BRAGANÇA-MIRANDA

• Agrupamento 478 – Mirandela

Foi nomeado Assistente de Agrupamento Adjunto, o Reverendo Padre Duarte Manuel Caldas Gonçalves – 2006000478003.

REGIÃO DA GUARDA

• Agrupamento 120 – Fundão

Nos termos do artigo 11.º n.º 4, alínea a), do Regulamento Geral do CNE, cessou funções de Chefe de Agrupamento o Dirigente Carlos Alberto de Brito Martins – 7409000120001. Foi eleito, e tomou posse, a 5 de junho de 2020, para o cargo de Chefe de Agrupamento a Dirigente Ana Patrícia Morgadinho Martins – 9809000120001.

Cessou funções de Chefe de Agrupamento Adjunto o Dirigente José Antunes Cerdeira – 0609000120012. Foi nomeada Chefe de Agrupamento Adjunta a Dirigente Célia Rosa Penalva de Brito Fernandes – 1609000120007.

REGIÃO DE LISBOA

• Agrupamento 73 – Carnide

Nos termos do artigo 11.º n.º 4, alínea a), do Regulamento Geral do CNE, cessou funções de Chefe de Agrupamento o Dirigente Pedro Filipe Monteiro Ribeiro – 8512040073001. Foi eleito, e tomou posse, a 17 de julho de 2019, para o cargo de Chefe de Agrupamento o Dirigente Pedro Filipe Monteiro Ribeiro – 8512040073001.

• Agrupamento 75 – Estoril

Nos termos do artigo 11.º n.º 4, alínea a), do Regulamento Geral do CNE, cessou funções de Chefe de Agrupamento a Dirigente Catarina Isabel Cabral Botelho Cerejeira Torres de Oliveira – 1212010075039. Foi eleito, e tomou posse, a 25 de maio de 2020, para o cargo de Chefe de Agrupamento o Dirigente Francisco de Albuquerque Marcão Ramos do Nascimento – 9912010075005.

Foi nomeado Chefe de Agrupamento Adjunto o Dirigente Ruben Tomás Martins D'Elvas Leitão – 0312010075011.

REGIÃO DO PORTO

• Agrupamento 519 – Paredes

Cessou funções de Assistente de Agrupamento, o Reverendo Padre Vitorino José Pereira Soares – 9415040519005.

• Agrupamento 1267 – Sobrosa

Cessou funções de Assistente de Agrupamento, o Reverendo Padre Marcelino Teixeira de Freitas – 1315041267007.

6. JUSTIÇA E DISCIPLINA / ACÇÕES DISCIPLINARES E DEMISSÕES

- NADA -

7. JUSTIÇA E DISCIPLINA / DISTINÇÕES E PRÉMIOS

- NADA -

8. HOMOLOGAÇÕES / QUALIFICAÇÕES

8.1 INSÍGNIA DE MADEIRA

- NADA -

8.2. QUALIFICAÇÃO DE ANIMADORES REGIONAIS

- NADA -

8.3. QUALIFICAÇÃO DE FORMADORES ADJUNTOS

- NADA -

8.4. QUALIFICAÇÃO DE DIRECTORES DE FORMAÇÃO

- NADA -

8.5. INSÍGNIA MUNDIAL DE AMBIENTE

- NADA -

8.6. QUALIFICAÇÃO DE ANIMADORES LOCAIS

- NADA -

8.7. QUALIFICAÇÃO DE AUXILIARES DE FORMAÇÃO

- NADA -

8.8. - CURSO COMPLEMENTAR DE FORMAÇÃO

- NADA -

8.9. - CURSO MONOGRÁFICO DE PROTECÇÃO CIVIL

- NADA -

8.10. - INSÍGNIA SCOUTS OF THE WORLD AWARD

- NADA -

8.11. - EXPLORER BELT

- NADA -

8.12. - CURSO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

- NADA -

8.13. - OUTROS CURSOS

- NADA -

9. RETIFICAÇÕES

- NADA -

Lisboa e Sede Nacional,
30 de junho de 2020



Ivo Faria
Chefe Nacional